

Governo de coalizão

Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor de Redação

Dentre todas as propostas políticas que estão na ordem do dia, sem dúvida a que nos parece mais sensata e realista vem do senador Josafá Marinho, que mantém no Senado a tradição de grandes nomes eleitos pela Bahia. O senador, em entrevista a este jornal há alguns dias, propôs que o Presidente da República estudasse, com seriedade, a hipótese de formar um governo de coalizão, maneira mais prática e eficaz de garantir a sua estabilidade e, por consequência, a estabilidade das próprias instituições.

A proposta do senador baiano é dessas iniciativas singelas que têm o dom de materializar boas intenções que costumam navegar pelos ares como nuvens que passam. Talvez nem o presidente Collor tenha se dado conta de como ele é o único chefe de Estado, desde o marechal Dutra, que tem condições de fazer um governo de coalizão realmente estável e duradouro. E não é fácil explicar por quê.

Em primeiro lugar, Collor é um político apartidário, eleito por seu carisma e por um trabalho pessoal. Ele não deve a nenhum partido a sua eleição para a Presidência da República. Está fora e acima dos partidos de um modo inédito na história política do País. Essa é a condição inicial para chamar os partidos que quiser e propor um governo de coalizão, espécie de semiparlamentarismo dentro do presidencialismo.

Em segundo lugar, não existem diferenças ideológicas profundas, nem mágoas duradouras e nem antagonismos irremediáveis entre meia dúzia de partidos que ele poderia convocar para um governo de coalizão. Nada separa o PRN do PFL, este do PDS, este do PTR, este do PSDB e por aí afora. Até o

PMDB, partido ao qual já pertenceu Collor, poderia ser atraído sob algumas condições. De fora mesmo só ficaria o PT, único partido realmente adversário de Fernando Collor de Mello, ontem, hoje e sempre, juntamente com os ainda marxistas.

Só essas duas razões já aconselhariam uma recomposição do governo Collor sobre novas bases políticas e partidárias. Mas ainda há outras. Um Ministério de coalizão recuperaria grande parte da confiança interna e internacional no Planalto, o que é fundamental para a retomada do desenvolvimento econômico, um mínimo de paz social e a negociação da dívida externa. E confiança e credibilidade são as maiores carências nacionais no momento, inclusive no cenário mundial.

É claro que vão surgir objeções, a começar da conhecida crítica que se faz a Collor de ser auto-suficiente e dispensar partidos e coalizões. É uma observação que não bate com a realidade de hoje. O Presidente tem revelado um amadurecimento constante no exercício do poder. Há poucos dias fez, no Planalto, uma franca e inédita autocrítica ao dizer que o País não precisa de choques e nem de fórmulas milagrosas. Em outras palavras não repetiria o Plano Collor I e nem o II. Confisco de cruzados e congelamento são experiências passadas, que serviram, quando nada, para o melhor conhecimento da realidade nacional e da arte de governar.

As rugas e os cabelos brancos que adquiriu nesses quase 20 meses de exercício do poder serviram também para tornar o Presidente da República menos impermeável a críticas e sugestões, notadamente quando emitidas por um político de conceito como é o senador Josafá Marinho. A Nação continua hoje tão polarizada quanto em 1989: é Lula e aliados, de um lado e Collor e aliados, de outro. Que, pelo menos, estes últimos se juntem para o começo de uma nova jornada a partir de 1992.